Impacto da Lei 14.905/2024 na Correção de Dívidas

O que muda para crédito e cobrança – Ajustes, riscos e oportunidades

Autor: Adolfo Pildervasser

O que é a Lei 14.905/2024

- Nova legislação que padroniza a correção de dívidas.
- Limita ou elimina aplicação de juros de mora e multas em certas situações.
- Privilegia correção apenas pelo IPCA.
- Foco em proteção de consumidores e pequenos empresários (MEI e MPE).
- Mensagem-chave: Mais proteção para devedores, mais risco para credores.

O que muda na prática?

- Antes da Lei: Juros de 1% a 3% ao mês + Multa de 2% + Correção variável.
- Com a nova Lei: Juros e multas podem ser zerados em algumas situações.
- Correção apenas pelo IPCA.
- Afeta principalmente: PF, MEI e pequenas empresas.
- Exemplo: Dívida de R$ 10.000 pode ser corrigida para ~R$ 10.300 apenas pelo IPCA.

Quem mais será impactado?

- Empresas que vendem para:
- - Consumidor final (B2C).
- - Pequenos lojistas e prestadores de serviço (B2B pequeno).
- Setores com alto volume de parcelamento.
- Áreas afetadas: Crédito e Cobrança, Jurídico, Comercial.

Impacto financeiro direto

- Perda de receita financeira (juros e multas).
- Carteira de inadimplentes com menor valor de recuperação.
- PDD (Provisão para Devedores Duvidosos) terá que ser mais conservador.
- Mensagem-chave: O custo da inadimplência aumentou.

Revisão de processos e contratos

- Contratos de crédito e venda precisam ser ajustados.
- Cláusulas de juros e multas revisadas.
- Fortalecer cláusulas de mediação e renegociação extrajudicial.
- Ajustar régua de cobrança para atuar preventivamente.

A nova régua de cobrança

- Primeiros 30 dias: Contato ativo e amigável.
- 31 a 60 dias: Proposta de renegociação com descontos.
- Após 60 dias: Maior risco de judicialização e aplicação da nova lei.
- Mensagem-chave: Quanto antes negociar, maior a recuperação.

Checklist para gestores de crédito e cobrança

- 1. Quantos contratos ativos têm cláusulas incompatíveis?
- 2. Qual % da carteira é PF ou MEI?
- 3. Seu sistema já sinaliza clientes protegidos pela nova lei?
- 4. Sua régua de cobrança foi revisada?
- 5. Seu jurídico já preparou modelos de renegociação adaptados?
- 6. Seu PDD foi recalculado?
- 7. Seu comitê de crédito já foi informado?

Oportunidades e ações proativas

- Ajustar políticas de crédito e score.
- Investir em análise preditiva de risco.
- Incentivar acordos rápidos com descontos.
- Fortalecer mediação e canais digitais de negociação.
- Evitar judicialização sempre que possível.

Conclusão e Reforço Final

- A Lei 14.905/2024 exige:
- - Revisão de contratos.
- - Ajuste na régua de cobrança.
- - Reforço na análise de crédito.
- - Nova mentalidade de gestão de inadimplência.
- Mensagem: Prevenir é mais barato do que cobrar no novo cenário.

Perguntas e Discussão

- Aberto para perguntas e cases da empresa.